



TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19
NIRE: 33.3.00322574

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

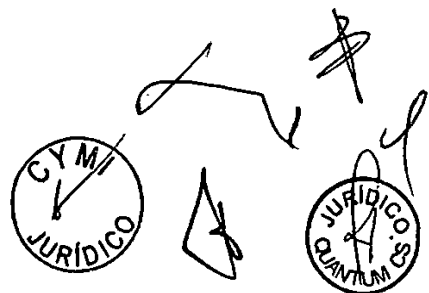
DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de abril de 2019, às 15:00 horas, na sede da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404"), tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes ainda, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia o Sr. Rogério Diniz de Oliveira, o Diretor Técnico da Companhia o Sr. Murilo Magalhães Nogueira, e o representante da KPMG Auditores Independentes, o Sr. José Luiz de Souza Gurgel.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Daniel Agustín Bilat; e Secretário: Leandro da Silva Reis.

PUBLICAÇÕES: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 30 de abril de 2019, às fls. 46, 47 e 48, e no Jornal Diário do Acionista, em 30 de abril de 2019, às fls. 24, 25 e 26 ("Publicações").

ORDEM DO DIA: (i) Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre (i.a) contas da administração, Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e



TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19

NIRE: 33.3.00322574

(i.b) destinação do lucro líquido do exercício; (i.c) destinação do resultado referente a exercícios anteriores; e (ii) em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre remuneração global dos administradores.

DELIBERAÇÕES: Iniciado os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes a Ordem do Dia. Após exame e discussão, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram:

(i) em AGO:

(i.a) as contas da administração, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, conforme Publicações;

(i.b) a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$12.011.525,24 (doze milhões, onze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro), para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma:

(i.b.i) R\$ 179.533,70 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta centavos) serão destinados à Reserva Legal;

(i.b.ii) R\$ 11.831.991,54 (onze milhões, oitocentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos) serão destinados à Reserva de Lucros.

Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19

NIRE: 33.3.00322574

(i.c) a proposta de destinação de resultados derivada de ajuste de adoção inicial do CPC47/IFRS15, efeito de mudança de prática contábil, conforme apresentado pela Diretoria, no montante de R\$ 11.686.000,00 (onze milhões, seiscentos e oitenta mil reais), são destinados à Reserva de Lucros.

Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

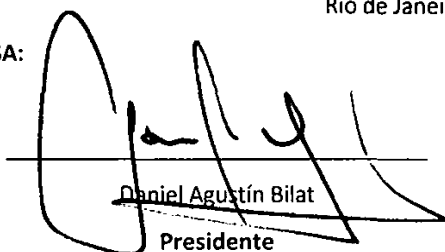
(ii) em AGE a proposta de remuneração anual global para os administradores da Companhia referente ao exercício de 2019, corresponderá a R\$ 0,00 (zero reais), conforme cartas de renúncia (Anexo II-A e Anexo II-B).

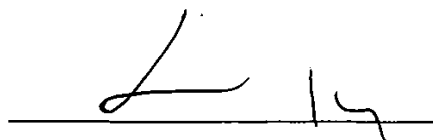
Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata na forma de sumário, que lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **Assinaturas:** Daniel Agustín Bilat, **Presidente**; Leandro da Silva Reis, **Secretário**; Cymi Construções e Participações S.A., e Brasil Energia Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., ambos **Acionistas**. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

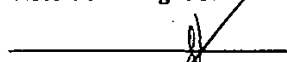
Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019.

MESA:


Daniel Agustín Bilat
Presidente


Leandro da Silva Reis
Secretário

Visto do Advogado:


Bruna Lage Richter
OAB/RJ 158.899



TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19

NIRE: 33.3.00322574

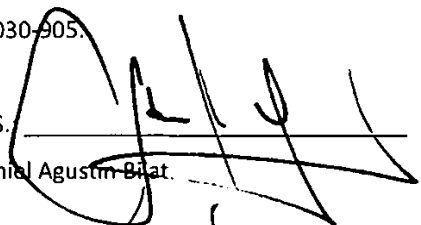
ANEXO I DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTA

DATRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A., REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019, ÀS 15:00

HORAS

ACIONISTAS

AÇÕES / QUANTIDADE

1. CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, Seção Rio de Janeiro, sob o n.º 33.3.0027854-1, com sede nesta Cidade e Estado, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, sala 1701, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.003.107/0001-32, representada por seus diretores, Sr. Daniel Agustín Bilat, brasileiro, divorciado, industrial, portador da carteira de identidade n.º 31.038.159-5, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73 e Sr. Leandro da Silva Reis, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade de n.º 1506621, expedida pelo SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.722.601-87, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na Av. Presidente Wilson, nº 231, sala 1701 – parte, Edifício Austregésilo de Athayde, CEP 20030-905. ASS.  Daniel Agustín Bilat ASS.:  Leandro da Silva Reis	500.500
---	---------



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032257-4 Protocolo: 00-2019/297110-7 Data do protocolo: 22/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/05/2019 SOB O NÚMERO 00003625137 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B16757A6BA1D098697F926402AAAC2A18B66750EF072EBDF5A6F6DCE5238BBC3

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n.º de protocolo.

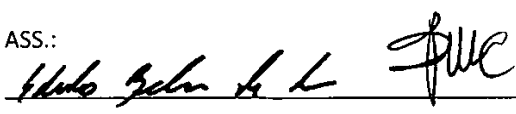
Pag. 6/25

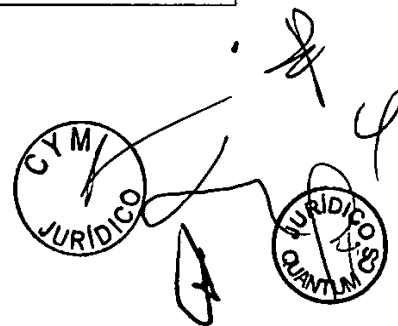


TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19

NIRE: 33.3.00322574

2. BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA , fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 578, de 30 de agosto de 2016 e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 22.194.580/0001-38, neste ato representado por sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. ("Administrador"), sociedade autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de recursos de terceiros, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 2, 2º e 3º andares, salas 201 a 204 e 301 a 304, Jacarepaguá, CEP 22775-028 (Referência: Entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.885.392/0001-62. ASS.:  BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	300.300
3. QUANTUM PARTICIPAÇÕES S.A. , sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na R. Dr. Renato Paes de Barros, No. 955, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.367.479/0001-18, representada por seus diretores, Sr. Fernando Martinez-Caro, espanhol, casado, engenheiro civil,	200.200

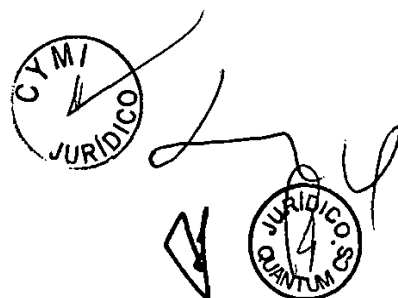


TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19

NIRE: 33.3.00322574

portador de visto permanente e carteira de identidade de estrangeiro, registrado no Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) sob o n.º G415494-L, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.843.578-90, e Sr. Eduardo Bechara De Rosa, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade No. 28.8.30.084-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o No. 166.813.598-17, ambos residentes e domiciliados na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório comercial na R. Dr. Renato Paes. ASS.:  Fernando Martinez-Caro Diretor Presidente ASS.:  Eduardo Bechara De Rosa Diretor Financeiro TOTAL:	1.001.000
---	------------------



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032257-4 Protocolo: 00-2019/297110-7 Data do protocolo: 22/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/05/2019 SOB O NÚMERO 00003625137 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B16757A6BA1D098697F926402AAAC2A18B66750EF072EBDF5A6F6DCE5238BBC3

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/25

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19

NIRE: 33.3.00322574

**ANEXO II-A DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE AÇIONISTA
DA TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A., REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019, ÀS 15:00
HORAS**

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

Aos

Acionistas da

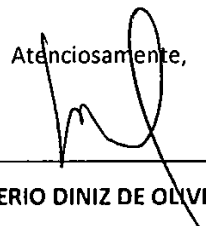
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.

Prezados Senhores,

Eu, **ROGERIO DINIZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 08.056.887-6, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 002.782.367-90, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1003-parte e 1004-parte, Centro, CEP: 20.030.021, nomeado para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., nesta data, venho, pela presente, renunciar expressamente, a partir da data da minha investidura, ao direito de percepção dos honorários nessa Companhia.

Declaro, no entanto, que a presente renúncia não afetará, de qualquer forma, o desempenho, zelo e responsabilidade que o cargo exige.

Atenciosamente,



ROGERIO DINIZ DE OLIVEIRA




TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19

NIRE: 33.3.00322574

ANEXO II-B DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTA
DA TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A., REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019, ÀS 15:00
HORAS

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

Aos

Acionistas da

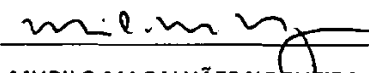
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.

Prezados Senhores,

Eu, **MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 871060168/D CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 829.271.117-15, com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-021, nomeado para o cargo de Diretor Técnico da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. nesta data, venho, pela presente, renunciar expressamente, a partir da data da minha investidura, ao direito de percepção dos honorários nessa Companhia.

Declaro, no entanto, que a presente renúncia não afetará, de qualquer forma, o desempenho, zelo e responsabilidade que o cargo exige.

Atenciosamente,


MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA

14





TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

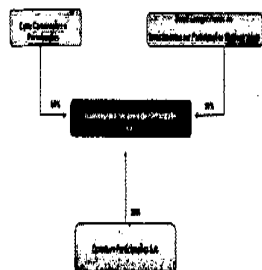
CNPJ nº 28.885.182/0001-19

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis relativo ao exercício de 2018 acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

1.1 Histórico: A Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17/01/2017 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-421 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cyma Construções e Participações S.A. (50%), Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (30%) e Quantum Participações S.A. (20%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

1.2 Práticas e Regulamentações: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). 1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico: O ano de 2018 foi marcado por elevado grau de incerteza em relação à condução da política econômica em paralelo com a corrida eleitoral. Foi um ano de lenta recuperação (PIB estimado de +1,1%), com inflação de 3,7% (IPCA). A taxa básica de juros Selic atingiu a mínima histórica de 8,5% a.a. A economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento e por grandes incertezas geradas externamente pela guerra comercial entre EUA e China, e o aumento da taxa de juros americana pelo FED desaqueceram a economia mundial. Internamente, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo - ANP, o preço do diesel para revenda subiu 7,5% entre os meses de janeiro e maio de 2018. Tal aumento de preços foi um dos principais motivadores da greve dos caminhoneiros no final de maio, que impactou o desempenho econômico do terceiro trimestre. A greve dos caminhoneiros e as incertezas sobre as eleições contribuíram para

o baixo crescimento. Para 2019 o Banco Central divulgou em boletim uma previsão de crescimento do PIB na faixa de 2,50%. O Comitê de Política Monetária - COPOM publicou, em fevereiro deste ano, sua ata de reunião com as expectativas para os indicadores macroeconômicos. A taxa de juros SELIC foi fixada em 8,5% para 2019 e a taxa de câmbio deve se manter estável, na faixa dos R\$3,70. Com este cenário, a projeção do COPOM é de que o IPCA fique em torno dos 3,8% em 2019. No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE mostram aumento no consumo nacional de energia. No comparativo de 12 meses, divulgado em dezembro de 2018, o consumo total de energia cresceu 1,1%, com resultado positivo em todas as classes de consumo, puxado, principalmente, pelo setor industrial e pelo setor residencial, com aumento no consumo de 1,3% e 1,2%, respectivamente. 3 Ambiente Regulatório: No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. 4 Desempenho Operacional: A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: "LT 500 KV Queimada Nova II - Curral Novo do Piauí II C1, com 109 Km; "LT 500 KV Buitama - Queimada Nova II, C1, com 308 Km; "SE 500 KV Queimada Nova II, 5 Desempenho Econômico-Financeiro: O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. 6 Governança corporativa: A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2018 destacamos a criação, implementação e forte atuação do setor de compliance Brasil, bem como início e aperfeiçoamento/upgrade do nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. 7 Responsabilidade ambiental e social: A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos Programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. 8 Auditores Independentes: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. 9 Agradecimentos: Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. A Administração.

Balanco Patrimonial em 31/12/2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		18.699	49.546	Circulante		90.696	86.818
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.052	49.484	Fornecedores	8	6.524	6.212
Impostos a recuperar		638	62	Empréstimos e financiamentos	10	77.811	78.246
Não Circulante		123.767	47.804	Obrigações fiscais		437	34
Ativo financeiro concessão	6		47.804	Partes relacionadas	9	5.924	2.426
Ativo de Contrato	7	123.767		Provisões - MTM	11	2.038	4.384
Total do Ativo		142.467	97.350	Impostos diferidos	12	24.612	4.634
Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2018 e período de 17/01 (data da constituição) a 31/12/2017 (Em milhares de Reais)				Patrimônio líquido		25.111	1.414
Lucro líquido do exercício / período		12.011	413	Capital Social	13	1.001	1.001
Outros resultados abrangentes				Reserva de Lucros		24.110	413
Total do resultado abrangente do exercício		12.011	413	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		142.457	97.350

Demonstração de Resultado em 31/12/2018 e período de 17/01 (data da constituição) a 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	14	81.231	43.387
Custo de Construção	15	(27.282)	(38.953)
Resultado bruto		23.949	4.434
Despesas operacionais			
Pessoal		(131)	
Material		(15)	
Serviços de terceiros		(136)	(19)
Aluguéis		(15)	
		(297)	(19)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		23.652	4.415
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		2.112	1.436
Despesas financeiras		(6.822)	(5.220)
		(4.710)	(3.784)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		18.942	626
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(6.931)	(213)
Lucro líquido do exercício / período		12.011	413

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31/12/2018 e período de 17/01 (data da constituição) a 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros	Re. Reser. Lucro	Capital reserva va de do perf	Nota	social	Legal	lucros	cto	Total
Saldo em 17/01/2017 (Data da constituição)									
Integração de Capital				1.001					1.001
Lucro líquido do período							413		413
Destinação de lucros a									
Reserva legal		(21)							(21)
Reserva de lucros		392							(392)
Saldo em 31/12/2017	13	1.001	21	392					1.414
Ajuste Adoção Inicial CPC 47/ IFRS15 em 01/01/18		11.688							11.688
Lucro líquido do exercício							12.011		12.011
Destinação de lucros a									
Reserva legal		179							(179)
Reserva de lucros							11.833		(11.833)
Saldo em 31/12/2018	13	1.001	200	23.910					25.111

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31/12/2018 e período de 17 de janeiro (data da constituição) a 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.011	413
Impostos diferidos	12.155	4.635
Variação monetária de empréstimos	3.443	7.629
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante:		
Ativo de Contrato	(56.454)	
Ativo financeiro da concessão (Reclassificado, conforme nota 2.14)		(41.592)
Impostos a recuperar	(576)	(62)
Partes Relacionadas (Reclassificado, conforme nota 2.14)	3.498	2.426
Obrigações fiscais	403	34
Outros Passivos	(2.034)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(27.554)	(28.817)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital		1.001
Empréstimos obtidos		75.000
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(3.873)	

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032257-4 Protocolo: 00-2019/297110-7 Data do protocolo: 22/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 24/05/2019 SOB O NÚMERO 00003625137 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B16757A6BA1D098697F926402AAAC2A18B66750EF072EBDF5A6F6DCE5238BBC3

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 11/25

Total da Inatividade abrangida do exercício	12.011	413	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	162.657	97.599
---	--------	-----	---------------------------------------	---------	--------

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contrato Operacional: A Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (CompANHIA), controlada pela Cymt Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multissetorial, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17/01/2017 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia foi constituída em 17/01/2017, por objeto social e exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. 1.1 Da concessão: Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 09/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro de 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes empreitadas: - LT 500 KV Quatema Nova II, C1, com 109 km; - LT 500 KV Buitama - Quatema Nova II, C1, com 308 km; - SE 500 KV Quatema Nova II. O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 36 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 148,308 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido do PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. As montantes que serão faturadas pela Companhia estão sujeitos às seguintes condições regulatórias: - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSSE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL, a proporcionalidade ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; - Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida; - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; - Ministério da Minas e Energia (MME) - Realização a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidroelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reformas e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 943/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reventivos, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL, para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 9º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. 2 Base da preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25/04/2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Modelo fideiussor e modo de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos, designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo; 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir

dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6 e 7, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação de dívida e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o critério de apuração do ativo de contrato e do ativo financeiro, conforme nota explicativa 6 e 7. 2.5 Principais políticas contábeis: As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir. a. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessões e permissões, títulos e valores mobiliários, e outros bens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possui um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço de transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. 1. Classificação e mensuração subsequente (política aplicável a partir de 1º/01/2018): No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode invogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, estaria os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um despesamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são redesignados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são redesignados no primeiro dia do primeiro evento subsequente à mudança no modelo de negócios. ii. Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e juros (política aplicável a partir de 1º/01/2018): Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii. Mensuração subsequente a ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1º/01/2018): Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos do ativo ao VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são redesignados para o resultado. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e

Empréstimos obtidos	75.000
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(3.878)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(3.878)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(31.432)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(31.432)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	48.484
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	18.052

benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. iv. Política aplicável antes de 1º/01/2018: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Mensuração subsequente a ganhos e perdas: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Ativos financeiros ao VJR: Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ativos financeiros disponíveis para venda: Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi redesignado para o resultado. (b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são satisfeitas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. 2.7 Impairment de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não excede o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comparativas, entre partes não relacionadas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: - Indicativos observáveis de redução significativa do valor do ativo; - Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; - Aumento de taxas de juros praticadas no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; - O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; - Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; - Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; - Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. 2.8 Ativo de contrato: Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Orogante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui vários obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. An-

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 26.885.182/0001-19

prir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31/12/2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do CPC 01 (R1) IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º/01/2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descrito a seguir. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativos à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13/05/2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 2.10 Provisões: As pro-

demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31/12/2018.

I. Impacto no balanço patrimonial

	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Em 31/12/2018			
Ativo financeiro	(a)	(88.687)	88.687
Ativo de contrato	(a)	123.767	123.767
Outros ativos		18.690	18.690
Total do ativo		142.457	35.100
PIS e COFINS diferidos	(a)	11.448	3.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	13.163	11.320
Outros passivos		92.735	92.735
Total do passivo		117.346	14.566
Capital social		1.001	1.001
Reserva de lucros	(a)	24.110	20.533
Total do patrimônio líquido		25.111	20.533

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 2.8.

II. Impacto na demonstração do resultado

	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Em 31/12/2018			
Receita operacional líquida	(a)	51.231	14.149
Custos e despesas operacionais		(27.579)	(27.579)
Receitas (despesas) financeiras		(4.710)	(4.710)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(6.511)	(5.301)
Lucro líquido do exercício		12.011	8.848

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 2.8. (a) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros: A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º/01/2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas na conta reserva de lucros a realizar. i. Classificação e mensuração - ativos e passivos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ativos Financeiros	Classificação Original CPC 38/IAS 39	Nova Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 1º/01/2018
Caixa e equivalentes	Emprestimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	49.484
Valores Mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado	
Ativo de Contrato	Custo Amortizado	Custo Amortizado	123.767
Passivos Financeiros	Classificação Original CPC 38/IAS 39	Nova Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 1º/01/2018
Fornecedores	Custo Amortizado	Custo Amortizado	6.212
Financiamentos	Custo Amortizado	Custo Amortizado	78.246

A partir de 1º/01/2018, o ativo financeiro da Companhia passaram a ser classificados como ativo de contrato, sob o escopo do CPC 47/IFRS 15. ii. Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais: O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As

7 Ativo de Contrato:

	Transferência do Ativo	Impacto da Adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de Contrato	Receita de 2018
2017	Financieiro	47.804	19.510	44.063	12.390
					2018
					2017
Circulante					123.767
Não Circulante					123.767
					2018
					2017

(a) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º/01/2018. O impacto da adoção dessa nova norma impactou positivamente o ativo de contrato em contrapartida a conta de Reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

8 Fornecedores	31/12/2018	31/12/2017
Serviços	569	561
Provisões	5.955	5.651
	6.524	6.212

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra. (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de compra de equipamentos, e adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidos em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais. 9 Partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir.

Transações	Passivo Fornecedores
Cymi Construção e Participações (i)	2.426
Saldo em 31/12/2017	2.426
Cymi do BRASIL - PROJETOS e SERVIÇOS LTDA (ii)	1.000
Cymi Construção e Participação (i)	4.924
Saldo em 31/12/2018	5.924

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (Engineering, procurement and construction) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cyminsa.

(ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. 10

Financiamentos: a. Composição	Taxas de Juros
	Moe. Venci. Juros contra-
Instituições financeiras	da mento tual % a.a. 31/12/2018 31/12/2017
Banco Societe Generale	BRL 03/06/2019 2,45% + CDI 39.432 39.851
Banco Societe Generale	BRL 11/09/2019 1,60% + CDI 39.739 38.395

Total de empréstimos e financiamentos	77.811	78.246
Circulante	77.811	78.246
Não circulante		

b. Movimentação Saldo em Adições Juros Principal Juros 31/12/2017 31/12/2018

Instituições financeiras	31/12/2017	Adições	Juros	Principal	Juros	31/12/2018
Banco Societe Generale	78.246	-	3.443	-	(3.878)	77.811
Total	78.246	-	3.443	-	(3.878)	77.811

Banco Societe Generale: Em 08/06/2017, a Companhia celebrou com o Banco Societe Generale um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500 a uma taxa de juros de CDI+ 2,66% a.a com data de vencimento em 31/05/2018. Em 30/05/2018, a Companhia celebrou com o Banco Societe Generale um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500 a uma taxa de juros de CDI+ 2,45% a.a, gerando um novo aditivo. Em 03/10/2017 a Companhia celebrou com o Banco Societe Generale um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500 a uma taxa de juros de CDI+ 2,65% a.a com data de vencimento em 11/09/2018. Em 06/06/2018, a Companhia celebrou com o Banco Societe Generale um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500 a uma taxa de juros de CDI+ 1,60% a.a, gerando um novo aditivo. 11 Provisões: Rubrica refere-se a operações com instrumentos financeiros derivativos ("Obrigações MTM") do tipo compra a termo de moeda cujo a Companhia contralou para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira referente a importação de cabos. Cabe ressaltar que a respectiva operação é feita com o fornecedor Cymi.

fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial desses impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 2.10 Provisões: As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são ajustadas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. 2.11 Receita e despesas financeiras: A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. 2.12 Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. 2.13 Encargos materiais: a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)/Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c. Ministério de Minas e Energia (MME): Reconhecimento a fim de custeio os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento das potencialidades hidroelétricas. 2.14 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC): A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. A Companhia classifica os fluxos de caixa, pagos e recebidos, relativos ao ativo de concreto como atividade operacional. Nesse contexto, nos termos do pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de comparabilidade, os valores classificados na atividade de investimento relativos a ativo financeiro de concessão e como contas a pagar a partes relacionadas, nas demonstrações do fluxo de caixa originalmente elaboradas para o exercício findo em 31/12/2017, nos valores de R\$ 41.592 e de R\$ 2.426, respectivamente, foram reclassificadas para a atividade operacional na presente demonstração financeira. 3 Mudanças nas principais políticas contábeis: CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente: A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial de norma na data de 1º/12/2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A tabela a seguir resume o impacto líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre a reserva de lucros a realizar em 1º/12/2018.

Impactos da Adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º/12/2018	
Reserva de lucros a Realizar	
Ativo de Contrato	17.704
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(6.018)
	11.686

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 no balanço patrimonial da Companhia em 31/12/2018 e na demonstração do resultado pelo exercício findo em 1º/12/2018.

com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas esperadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, são consideradas as mudanças no risco de crédito segundo avaliações de crédito externas publicadas. A Companhia não reconhece provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação diferida, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. 4 Normas e interpretações ainda não efetivadas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º/12/2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar essas normas de forma antecipada. 4.1 CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 Leases: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Tensões estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações. Vigência a partir de 1º/12/2019. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis. 4.2 Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis: Alterações em função da edição do CPC 08 (R2); Alterações em participações de longo prazo em coligadas, em controladas e em empreendimento controlado em conjunto; Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; Alterações anuais processadas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017; Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS. Vigência a partir de 1º/12/2019. 4.3 IASB 22 - Incerteza sobre o Tratamento do Tributo sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatment): Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. Vigência a partir de 1º/12/2019. 4.4 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa. Vigência a partir de 1º/12/2019. 4.5 Conceptual Framework in IFRS Standards: Ativos para correção de retificações do Conceptual Framework in IFRS Standards. Vigência a partir de 1º/12/2020. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	31/12/2018	31/12/2017
5 Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	566	121
Bancos	17.485	49.369
Aplicações Financeiras (a)	18.252	49.484

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente a variação do 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	CDI	88,5%	12.252	
Banco Santander	CDI	99%	17.485	37.108
			17.485	49.369

6 Ativo financeiro da concessão: Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro é remunerado pela taxa de retorno do empreendimento, que em 2017 apresentou percentual médio de 11,98% ao ano e Dezembro de 2018 apresentou percentual médio de 14,50% ao ano.

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de construção	44.390	
Remuneração do ativo financeiro	3.414	
Saldo	47.804	
Circulante		47.804
Não circulante	47.804	47.804
Transferência para Ativo de Contrato (a)	47.804	47.804

(a) Conforme disposto da nota explicativa 3, a partir de 1º/12/2018 os valores que eram reconhecidos como ativo financeiro agora são reconhecidos como ativo de contrato.

11 Provisões: Rubrica refere-se a operações com instrumentos financeiros derivativos ("Obrigações MTM") do tipo compra e termo de moeda cujo a Companhia contraiu para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira referente à importação de cabos. Cabe ressaltar que a respectiva operação é feita com o fornecedor General Cable através das instituições financeiras Societe Generale, instituição na qual envia mensalmente a respectiva posição Market to Market - MTM a ser contabilizada. Valor contratual da operação é de USD 31.148, e será liquidado em 25/03/2021. A taxa média dos contratos firmados foi de R\$ USD 4,08. A Companhia avaliou o objeto de hedge e classificou a operação como um derivativo a valor justo do passivo.

	31/12/2018
Natureza dos créditos	
Base de Cálculo	
Impostos Diferidos	
Alíquotas	
Total	
IRPJ diferido	8.811 (a)
CSLL diferida	8.811 (a)
	2.203
	793
	2.996

	31/12/2017
Natureza dos créditos	
Base de Cálculo	
Impostos Diferidos	
Alíquotas	
Total	
IRPJ diferido	3.802 (a)
CSLL diferida	3.802 (a)
	951
	343
	1.294

(a) Refere-se ao ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia, vide sua natureza de contrato de concessão e garantia de RAP, possui expectativa de lucratividade futura para realização de seus ativos fiscais diferidos.

	31/12/2018
Natureza dos créditos	
Base de Cálculo	
Impostos Diferidos	
Alíquotas	
Total	
PIS diferido	123.787 (a)
COFINS diferida	123.787 (a)
IRPJ diferido	47.526 (a)
CSLL diferida	47.526 (a)
	2.043
	9.406
	11.882
	4.277
	27.608

Tributo Diferido Líquido 24.612

	31/12/2017
Natureza dos créditos	
Base de Cálculo	
Impostos Diferidos	
Alíquotas	
Total	
PIS diferido	47.804 (a)
COFINS diferida	47.804 (a)
IRPJ diferido	4.430 (a)
CSLL diferida	4.430 (a)
	788
	3.633
	1.108
	399
	5.928

Tributo Diferido Líquido 4.634

(a) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionados dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS). (b) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo financeiro oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica IASB 01 (R1). 13 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31/12/2018 o capital social subscrito é de R\$ 1.001.000, dividido em 1.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Durante o exercício de 2018, mediante aprovação da respectiva AGE, houve entrada de acionista Quantum Participações S.A. com uma participação de 20% no total das ações ordinárias, bem como proporcional redução de 50% para 30% do Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. Assim formando um capital total de R\$ 1.001.000, dividido em 1.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo 50% referente à Cymil Construção e Participações S.A.; 30% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e 20% referente à Quantum Participações S.A. O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária	31/12/2018
Quotistas	
Quantidade	
Porcentagem	
Valor (Em Real)	
Cymil Construção e Participações S.A.	500.500.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	300.300.000
Quantum Participações S.A.	200.200.000
Total	1.001.000.000

Composição acionária	31/12/2017
Quotistas	
Quantidade	
Porcentagem	
Valor (Em Real)	
Cymil Construção e Participações S.A.	500.500.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	500.500.000
Total	1.001.000.000

b. Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégico, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. 14 Receita: Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF nº 26.885.182/0001-19

31/12/2018	31/12/2017
44.063	44.390
12.390	3.414
58.453	47.804

31/12/2018	31/12/2017
56.453	47.804
(5.222)	(4.422)
51.231	43.382

15 Custo de Construção: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2018:

31/12/2018	31/12/2017
(24.310)	(34.709)
(1.668)	(2.382)
(1.304)	(1.862)
(27.282)	(38.953)

16 Resultado Financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

31/12/2018	31/12/2017
2.112	1.436
2.112	1.436
(6.822)	(5.220)
(6.785)	(3.246)
(34)	(1.363)
(3)	(611)
(4.710)	(3.784)

17 Imposto de renda e contribuição social: As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do exercício em 31/12/2018 e exercício de 2017 encontram-se a seguir:

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2018	Alíquota	31/12/2018
IRPJ diferido	20.385 (i)	25%	5.096
CSLL diferida	20.385 (i)	9%	1.835
Total			6.931

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2017	Alíquota	Constituição
IRPJ diferido	626 (i)	25%	157
CSLL diferida	626 (i)	9%	56
Total			213

(i) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo financeiro oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICP 01 (R1). Para mais detalhes de base e alíquotas veja nota explicativa 12. 18 Instrumentos Financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamento de risco exercidos pela Companhia. a. Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito. (b) Risco de mercado. (c) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. b. Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

31/12/2018	31/12/2017
18.052	49.484
	47.804
123.767	
141.819	97.288

que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST. i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: - Riscos diluídos: pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. - As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. - Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. - No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. b. Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDI	17.485	49.360

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir: - Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. - Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	17.485	taxa CDI	1.119	839	560
Referência para ativos financeiros					
CDI %			6,40%	4,80%	3,20%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 7,23% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Banco Societe Generale	77.811	Aumento da taxa CDI	4.980	6.225	7.470
Referência para ativos financeiros					
CDI %			6,40%	8,00%	9,60%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 7,23% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. - Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. - Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. - Risco cambial - A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposição ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre substancialmente de operações com fornecedores em moeda

recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). - Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. - Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. b. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber - ativo financeiro	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31/12/2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: - Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa de CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. - Contas a receber - ativo financeiro - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está afetada através de componentes internos e de mercado. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31/12/2017. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. - Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2018			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	18.052	-	-	18.052
Contas a receber ativo de contrato (Nota 7)	-	-	123.767	123.767
Provisões - MTM (Nota 11)	-	2.038	-	2.038
Total	18.052	2.038	123.767	143.857

Descritivo	31/12/2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	49.484	-	-	49.484
Contas a receber ativo financeiro (Nota 6)	-	-	47.804	47.804
Provisões - MTM (Nota 11)	-	4.384	-	4.384
Total	49.484	4.384	47.804	101.672

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: - Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 19 Seguros: A Companhia ainda não contratou coberturas de seguros pelo fato de ainda estar em fase de engenharia e não possuir LI (Licença de Instalação). 20 Compromissos assumidos: - Contrato de EPC - Em 10/02/2017 a Cymi Construções e Participações S.A. e a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, celebraram contrato de empreitada

123.767
141.819 97.288

• Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que implica o risco que o contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • Contas a receber - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisões para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o DNS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo DNS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão". São instrumentos financeiros

essa exposição ao risco creditário decorrente de inadimplência. O risco creditário decorre substancialmente de operações com fornecedores em modo estrangeira, referente a importação de cabos. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, desde que aprovado pela alçada competente. e. Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. • Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a

Energia Fundos de investimento em infraestrutura de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime do EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2018 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 898.055 conforme quadro abaixo:

Ativ. 31/12/2017	2018	2019	Total
Contrato EPC	32.330	62.401	803.323
			898.055

Diretor Financeiro: Rogério Diniz da Oliveira - CPF 002.782.387-70
Contador: Felipe Ferreira - CPF 106.316.117-70 - CRC RJ 1114050-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Açõesistas e Diretores da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. Rio de Janeiro - RJ Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção e seguiu intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de e a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos esboço profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25/04/2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP 0144280-8/RJ; José Luiz de Souza Gurgel; Contador CRC RJ-08733910-4.

Id: 2178068

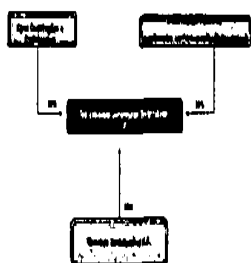
TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 26.885.182/0001-19

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis relativo ao exercício de 2018 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, à quem a Diretoria tem o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

1.1 Histórico: A Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17/01/2017 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymri Construções e Participações S.A. (50%), Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (30%) e Quantum Participações S.A. (20%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telefunção, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. 1.2 Práticas e Regulamentações: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). 1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico: O ano de 2018 foi marcado por elevado grau de incerteza em relação à condução da política econômica em paralelo com a corrida eleitoral. Foi um ano de lenta recuperação (PIB estimado de +1,1%), com inflação de 3,7% (IPCA). A taxa básica de juros Selic atingiu a mínima histórica de 6,5% a.a. A economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento e por grandes incertezas geradas externamente pela guerra comercial entre EUA e China, e o aumento da taxa de juros americana pelo FED desaceleraram a economia mundial. Internamente, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo - ANP, o preço do diesel para revenda subiu 7,5% entre os meses de janeiro e maio de 2018. Tal aumento de preços foi um dos principais motivadores da greve dos caminhoneiros no final de maio, que impactou o desempenho econômico do terceiro trimestre. A greve dos caminhoneiros e as incertezas sobre as eleições contribuíram para o baixo crescimento. Para 2019 o Banco Central divulgou em boletim uma previsão de crescimento do PIB na faixa de 2,50%. O Comitê de Política

Monetária - COPOM publicou, em fevereiro deste ano, sua ata de reunião com as expectativas para os indicadores macroeconômicos. A taxa de juros SELIC foi fixada em 6,5% para 2019 e a taxa de câmbio deve se manter estável, na faixa dos R\$3,70. Com este cenário, a projeção do COPOM é de que o IPCA fique em torno dos 3,9% em 2019. No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE mostram aumento no consumo nacional de energia. No comparativo de 12 meses, divulgado em dezembro de 2018, o consumo total de energia cresceu 1,1%, com resultado positivo em todas as classes de consumo, puxado, principalmente, pelo setor industrial e pelo setor residencial, com aumento no consumo de 1,3% e 1,2%, respectivamente. 3 Ambiente Regulatório: No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. 4 Desempenho Operacional: A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: - LT 500 kV Queimada Nova II - Curral Novo do Piauí II C1, com 109 Km; - LT 500 kV Buritama - Queimada Nova II, C1, com 308 Km; - SE 500 kV Queimada Nova II. 5 Desempenho Econômico-Financeiro: O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. 6 Governança corporativa: A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2018 destacamos a criação, implementação e forte atuação do setor de compliance Brasil, bem como início e aperfeiçoamento/upgrade de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. 7 Responsabilidade ambiental e social: A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos Programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. 8 Auditores independentes: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. 9 Agradecimentos: Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. A Administração.

Balanco Patrimonial em 31/12/2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		18.690	49.546	Circulante		80.696	86.918
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.052	49.484	Fornecedores	8	6.524	6.212
Impostos a recuperar		638	62	Empréstimos e financiamentos	10	77.811	78.246
- Não Circulante		123.767	47.804	Obrigações fiscais		437	34
Ativo financeiro concessão	6		47.804	Partes relacionadas	9	5.924	2.476
		142.457	97.350				

Demonstração de Resultado em 31/12/2018 e período de 17/01 (data da constituição) a 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	14	51.231	43.382
Custo de Construção	15	(27.282)	(38.953)
Resultado bruto		23.949	4.429
Despesas operacionais			
Pessoal		(131)	
Material		(15)	
Serviços de terceiros		(136)	(19)
Alugueis		(15)	
		(297)	(19)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		23.652	4.410
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		2.112	1.436
Despesas financeiras		(6.822)	(5.220)
		(4.710)	(3.784)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		18.942	626
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(6.931)	(213)
Lucro líquido do exercício / período		12.011	413

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31/12/2018 e período de 17/01 (data da constituição) a 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros	Ca-pital social	Re-serva legal	Reser-va de de-período	Lucro Total
Nota	social	Legal	lucros	odo	Total
Saldo em 17/01/2017 (Data da constituição)					
Integração de Capital	1.001	-	-	-	1.001
Lucro líquido do período	-	-	-	413	413
Destinação de lucros à Reserva legal	-	21	-	(21)	-
Reserva de lucros	-	-	392	(392)	-
Saldo em 31/12/2017	13	1.001	21	392	1.414
Ajuste Adoção Inicial CPC 47/IFRS 15 em 01/01/18			11.686		11.686
Lucro líquido do exercício				12.011	12.011
Destinação de lucros à Reserva legal		179	-	(179)	-
Reserva de lucros			11.833	(11.833)	-
Saldo em 31/12/2018	13	1.001	203	23.210	25.114

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31/12/2018 e período de 17 de janeiro (data da constituição) a 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
	(Reapre-sentado)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.011	413
Impostos diferidos	12.155	4.635
Variação monetária de empréstimos	3.443	7.629
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante:		
Ativo de Contrato	(56.454)	-
Ativo financeiro da concessão (Reclassificado, conforme nota 2.14)	-	(41.582)
Impostos a recuperar	(576)	(62)
Partes Relacionadas (Reclassificado, conforme nota 2.14)	3.498	2.426

Balanco Patrimonial em 31/12/2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		18.690	49.546
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.052	49.484
Impostos a recuperar		638	62
Não Circulante		123.767	47.804
Ativo financeiro concessão	6		47.804
Ativo de Contrato	7	123.767	
Total do Ativo		142.457	97.350
Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2018 e período de 12 meses (data da constituição) a 31/12/2017 (Em milhares de Reais)			
		31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício / período		12.011	413
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício		12.011	413

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

Contexto Operacional: A Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (Compelétrica), controlada pela Cym Construção e Participações S.A. e a Brasil Energia Fund de Investimento em Participações Multissetoriais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17/01/2017 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia foi constituída em 17/01/2017, por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento em que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. 1.1 Da concessão: O Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 09/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro de 2017, foi outorgado à Companhia e concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: - LT 500 KV Quatema Nova II - Curral Novo do Piauí II C1, com 109 km; - LT 500 KV Burlama - Quatema Nova II C1, com 308 km; - SE 500 KV Quatema Nova II, O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 36 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 148.308 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será composta anualmente pelo IPCA. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devendo mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; - Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida; - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; - Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, autuando as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais.

tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. II. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros (política aplicável a partir de 1/01/2018): Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. III. Mensuração subsequente e ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1/01/2018): Ativos financeiros ao VJR. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. IV. Política aplicável antes de 1/01/2018: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Mensuração subsequente e ganhos e perdas: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado.

Impostos circulares	31/12/2018	31/12/2017
Variação monetária de empréstimos	3.443	7.629
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante:		
Ativo de Contrato	(56.454)	
Ativo financeiro da concessão (Reclassificado, conforme nota 2.14)		(41.582)
Impostos a recuperar	(576)	(62)
Partes Relacionadas (Reclassificado, conforme nota 2.14)	3.498	2.426
Obrigações fiscais	403	34
Outros Passivos	(2.034)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(27.554)	(28.512)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital		1.001
Empréstimos obtidos		75.000
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(3.878)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(3.878)	76.001
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(31.432)	49.484
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(31.432)	49.484
Caixa e equivalente de caixa no início do período	49.484	
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	18.052	49.484

valor incluir: Indicativos observáveis de redução significativa do valor do ativo; Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. 2.8 Ativo de Contrato: Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31/12/2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1/01/2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: I. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que ocorrem. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. II. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. III. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descontado a seguir. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. 2.9 Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são provisiona-

anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reparos e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, alterando as correspondências receitas e tendo em vista a adequação da prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25/04/2019. Após a sua emissão, somente os apurados têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos, designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo; 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: o critério de apuração da remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6 e 7, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, legais, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o critério de apuração do ativo de contrato e do ativo financeiro, conforme nota explicativa 6 e 7. 2.5 Principais políticas contábeis: As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: i. **Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (a) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessões e permissões, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou redida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um item separado. i. **Classificação e mensuração subsequente (política aplicável a partir de 17/01/2018):** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR) com base

em seus ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. iv. **Política aplicável antes de 17/01/2018:** A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Mensuração subsequente e ganhos e perdas: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Ativos financeiros ao VJR: Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ativos financeiros disponíveis para venda: Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado. (b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos: Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. 2.7 Impairment de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo da unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cotadas, entre partes conhecedoras e independentes, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de

valor. i. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. ii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou constituída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativo à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. 2.9 Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.737, de 13/05/2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesas do imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e os correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 2.10 Provisões: As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considere as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. 2.11 Receita e despesas futuras: A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. 2.12 Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgação da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 21.728.083/0001-00

Companhia não obtém despesas de IR e CSLL, correntes registradas nos respectivos exercícios. Imposição de renda e contribuição social diferidos: As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do exercício em 31/12/2018 e 2017 encontram-se resumidas a seguir:

Natureza dos créditos	Base de Cálculo	Alíquota	Base de Cálculo	Alíquota
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
IRPJ diferido (I)	170.338	25%	42.584	25%
CSLL diferida (I)	170.338	9%	15.330	9%
Total			57.914	

(I) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados à valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação de interpretação técnica (CPC 01 (R1)). Para mais detalhes de base e alíquotas veja nota explicativa 12. 19 Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos: Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito. (b) Risco de mercado. (c) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no conteúdo dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. a. Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Ativos financeiros	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	65.071	67.040
Contas a receber - Ativo financeiro (Nota 7)	-	1.311.478
Contas a receber - Ativo de contrato (Nota 8)	2.101.064	-
Total	2.166.135	1.378.518

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte deixe de cumprir com suas obrigações. Contas a receber - Ativo financeiro/Ativo de Contrato - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores divididos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST. (i) Contrato de Construção de Garantia - CCG e (ii) Carta de Franquia Contratada - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: - Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; - As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; - Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários; - No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. b. Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de

deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável	25% Cenário A	50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	67.630	Queda da taxa CDI	4.328	3.246	2.164
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
			6,40%	4,80%	3,20%

(I) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDIJS - Subordinação A	666.163	Aumento da TJLP	46.631	58.289	69.947
Debitores	395.892	Aumento do IPCA	15.976	19.845	23.614
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			7,00%	8,75%	10,50%
IPCA - 6,80 (%)			4,00%	5,00%	6,00%

(I) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 7% e 4% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Risco de Inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. c. Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parâmetro Variável). Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes

de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está autorizada através de componentes internos e de mercado. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31/12/2018. A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31/12/2018			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	65.071	-	-	65.071
Contas a receber ativo de contrato (Nota 8)	-	-	2.101.064	2.101.064
Total	65.071	-	2.101.064	2.166.135

	31/12/2017			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	67.040	-	-	67.040
Contas a receber ativo financeiro (Nota 7)	-	-	1.311.478	1.311.478
Total	67.040	-	1.311.478	1.378.518

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e inteiros. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente ou indiretamente derivado de preços). Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 20 Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31/12/2018 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Seguradora (R\$ mil)	Premio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	13/10/2018 e 30/06/2020	64.983	33
Responsabilidade Civil Geral	13/10/2018 e 30/06/2019	64.983	2
Riscos Operacionais	04/05/2018 e 04/05/2019	1.279.603	1.405
21 Compromissos assumidos: Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45: Contrato de EPC - Em 27/03/2015 a Cymri do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymri Consultoria e Projetos de Construção Ltda celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, dos serviços e, em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até Março de 2019 a projeção de custos para o projeto será de R\$ 1.399.741 conforme quadro abaixo:			
	Até 31/12/2017	2018	Total
Contrato EPC	1.328.184	71.557	1.399.741
Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14/06/2016 com a Selco Soluções Enen-			

pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/2018 e 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por Indexador 31/12/2018 31/12/2017

Aplicações financeiras CDI 67.630 65.869

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - Aplicações financeiras: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com

cliente. Risco de seguros - A Companhia continua seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. d. Categorias de instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber - ativo de contrato	Custo Amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado

Em 31/12/2018 e 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início

	Até 31/12/2017	2018	Total
Contrato EPC	1.328.184	71.557	1.399.741

Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14/06/2016 com a Select Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação e manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as instalações. A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está parte operacional esses valores serão pagos, conforme contrato, por blocos de acordo com a Rap esperada para cada bloco. No ano de 2018 foram cobrados R\$ 5.717 com relação a G&A. O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 6.313 por ano. Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está parte operacional esses valores serão pagos, conforme contrato, por blocos de acordo com a Rap esperada para cada bloco. No ano de 2018 foram cobrados R\$ 5.463 com relação a O&M. O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 6.030 por ano.

Diretor Financeiro: Rogério Diniz de Oliveira - CPF 002.782.367-70 Contador: Felipe Ferreira - CPF 106.316.117-70 - CRC RJ 1114050-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores sobre as demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principal assunto de auditoria: Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. Portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente: Veja as Notas Explicativas 2.8 e 8 das demonstrações financeiras. Principal assunto de auditoria: Como auditoria endereçou esse assunto: O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o uso de julgamento significativo sobre o montante em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seu anexo para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 25/04/2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP 014428/O-6 F-RJ; José Luiz de Souza Gurgel - Contador CRC RJ-087339/O-4

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 26.885.182/0001-19

Justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instigamento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. 2.13 Encargos setoriais: a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)/Fundo Nacionalidade Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c. Ministério de Minas e Energia (MME): Reconhece a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. 2.14 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC): A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. A Companhia classifica os fluxos de caixa, pagos e recebidos, relativos ao ativo de contrato como atividade operacional. Nesse contexto, nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 (IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de comparabilidade, os valores classificados na atividade de investimento relativos ao ativo financeiro de concessão e como contas a pagar a partes relacionadas, nas demonstrações do fluxo de caixa originalmente elaboradas para o exercício findo em 31/12/2017, nos valores de R\$ 41.592 e de R\$ 2.426, respectivamente, foram reclassificadas para a atividade operacional na presente demonstração financeira. 3 Mudanças nas principais políticas contábeis: CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente: A Companhia adotou a CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º/1/2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requisitos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre a reserva de lucros a realizar em 1º/1/2018.

Impactos da Adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º/1/2018

Reserva de lucros a Realizar	
Ativo de Contrato	17.704
(i) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(6.018)
	11.686
As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 no balanço patrimonial da Companhia em 31/12/2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31/12/2018.	
Impacto no balanço patrimonial	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Conforme apresentado	Ajustes
Em 31/12/2018	
Ativo financeiro	

acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira.

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	CCB	98,5% CDI	12.252	
Banco Santander	CCB	99% CDI	17.485	37.108
			17.485	49.360

6 Ativo financeiro da concessão: Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro é remunerado pela taxa de retorno do empreendimento, que em 2017 apresentou percentual médio de 11,96% ao ano e Dezembro de 2018 apresentou percentual médio de 14,50% ao ano.

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de construção	44.390	
Remuneração do ativo financeiro	3.414	
Saldos	47.804	
Circulante		
Não circulante	47.804	
Transferência para Ativo de Contrato (a)	47.804	47.804

(a) Conforme descrito da nota explicativa 3, a partir de 1º/1/2018 os valores que eram reconhecidos como ativo financeiro agora são reconhecidos como ativo de contrato.

7 Ativo de Contrato:

	Transferência da do Ativo	Impacto da Adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Receita de construção	Receita do Ativo de Contrato	Receita de 2018	Receita de 2017
2017	47.804	19.510	44.063	12.390	123.767	
					2018	2017

Circulante

Não Circulante

(a) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º/1/2018. O impacto da adoção dessa nova norma impactou positivamente o ativo de contrato em contra partida a conta de Reserva de Lucros a realizar no patrimônio líquido.

8 Fornecedores Serviços Provisões

Os valores referem-se substancialmente à fornecimento de serviços e equipamentos para a obra. (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de compra de equipamentos, e adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e serviços em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais. 9 Partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros da pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Oligações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir.

	Passivo	31/12/2018	31/12/2017
Transações			
Cyml Construção e Participações (i)		2.426	
Saldos em 31/12/2017		2.426	
CYML do BRASIL - PROJETOS E SERVIÇOS LTDA (i)		-1.000	
Cyml Construção e Participações (i)		4.924	
Saldos em 31/12/2018		5.924	

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (Engineering, procurement and construction) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymlisa.

(ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. 10

	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Construção		
Máquinas e Equipamentos	(24.310)	(34.709)
Serviços de terceiros	(1.668)	(2.382)
Outras despesas	(1.304)	(1.862)
	(27.282)	(38.953)

16 Resultado Financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	2.112	1.436
Receita de aplicações financeiras	2.112	1.436
Despesas financeiras	(6.822)	(5.220)
Juros de empréstimos e financiamentos	(6.785)	(3.246)
IOF de empréstimos	(34)	(1.363)
Outras despesas financeiras	(3)	(611)
Resultado financeiro líquido	(4.710)	(3.784)

17 Imposto de renda e contribuição social: As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do exercício em 31/12/2018 e exercício de 2017 encontram-se a seguir:

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2018	Alíquota	31/12/2018
IRPJ diferido	20.385 (i)	25%	5.096
CSLL diferida	20.385 (i)	9%	1.835
Total			6.931

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2017	Alíquota	31/12/2017
IRPJ diferido	626 (i)	25%	157
CSLL diferida	626 (i)	9%	56
Total			213

(i) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo financeiro oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1). Para mais detalhes de base e alíquotas veja nota explicativa 12. 18 Instrumentos Financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a. Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito. (b) Risco de mercado. (c) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. a. Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundo da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Conforme apresentado, ajuste CPC 47/IFRS 15

Em 31/12/2018

Ativo financeiro	(a)	(88.667)	88.667
Ativo de contrato	(a)	123.767	123.767
Outros ativos		18.690	18.690
Total do ativo		142.457	142.457
PIS e COFINS diferidos	(a)	11.448	3.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	13.163	11.320
Outros passivos		92.735	92.735
Total do passivo		117.346	107.299
Capital social		1.001	1.001
Reserva de lucros	(a)	24.110	20.533
Total do patrimônio líquido		25.111	20.533

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 2.8.

Impacto na demonstração do resultado

Conforme apresentado, ajuste CPC 47/IFRS 15

Em 31/12/2018

Receita operacional líquida	(a)	51.231	14.149	37.082
Custos e despesas operacionais		(27.579)		(27.579)
Receitas (despesas) financeiras		(4.710)		(4.710)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(6.931)	(5.301)	(1.630)
Lucro líquido do exercício		12.011	8.848	3.163

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 2.8. (a) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros: A Composição do Ativo CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º/01/2018, aprovando a classificação que lhe permite não representar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas na conta reserva de lucros a realizar. 1. Classificação e mensuração - ativos e passivos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ativos Financeiros	Classificação Original CPC 38/IAS 39	Nova Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 1º/01/2018
Caixa e equivalentes	Ativo financeiro	Ativo financeiro	49.484
Emprestimos e empréstimos de curto prazo	Ativo financeiro	Ativo financeiro	123.767
Ativo de Contrato	Ativo financeiro	Ativo financeiro	123.767
Passivos Financeiros	Classificação Original CPC 38/IAS 39	Nova Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 1º/01/2018
Fornecedores	Passivo financeiro	Passivo financeiro	6.212
Financiamentos	Passivo financeiro	Passivo financeiro	78.246

A partir de 1º/01/2018, o ativo financeiro da Companhia passaram a ser classificados como ativo de contrato, sob o escopo do CPC 47/IFRS 15. II. Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais: O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, são consideradas as mudanças no risco de crédito segundo avaliações de crédito externas publicadas. A Companhia não reconhece provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. 4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em 1º/01/2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. 4.1 CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil: IFRS 16 Leases: A IFRS 16 intro-

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (Engineering, procurement and construction) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymimasa.

(ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. 10. Financiamentos: a. Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Banco Societe Generale	BRL	03/06/2019	2,45% + CDI	39.432	39.851
Banco Societe Generale	BRL	11/09/2019	1,60% + CDI	38.739	38.395
Total de empréstimos e financiamentos				77.811	78.246
Circulante				77.811	78.246
Não circulante					

b. Movimentação

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2017	Adição de juros	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Banco Societe Generale	78.246	3.443	(3.878)	77.811
Total	78.246	3.443	(3.878)	77.811

Banco Societe Generale: Em 08/06/2017, a Companhia celebrou com o Banco Societe Generale um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500 a uma taxa de juros de CDI + 2,65% a.a com data de vencimento em 31/05/2018. Em 30/05/2018 postergou a mesma Cédula de Crédito Bancário para 03/05/2019, com uma nova taxa de juros de CDI mais 2,45% a.a, gerando um novo ativo. Em 03/10/2017 a Companhia celebrou com o Banco Societe Generale um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500 a uma taxa de juros de CDI + 2,65% a.a com data de vencimento em 11/09/2018. Em 06/09/2018 postergou a mesma Cédula de Crédito Bancário para 11/09/2019 com uma nova taxa de juros de CDI mais 1,60% a.a, gerando um novo ativo. 11. Provisões: Rubrica refere-se a operações com instrumentos financeiros derivativos ("Obrigações MTM") do tipo compra a termo de moeda cujo a Companhia contraiu para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira referente à importação de cabos. Cabe Ressaltar que a respectiva operação é feita com o fornecedor Genérica Cable através da instituição financeira Societe Generale, instituição na qual envia mensalmente a respectiva posição Market to Market - MTM a ser contabilizada. Valor contratual da operação é de USD 31.148, e será liquidado em 25/03/2021. A taxa média dos contratos firmados foi de R\$ USD 4,06. A Companhia avaliou o objeto de hedge e classificou a operação como um derivativo a valor justo do passivo.

12. Impostos diferidos

Natureza dos créditos	Base de Cálculo	Impostos Diferidos	Alíquotas	Total
IRPJ diferido	8.811 (i)	2.203	25%	2.203
CSLL diferida	8.811 (i)	793	9%	793
		2.996		2.996

(i) Refere-se ao ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia, vide sua natureza de contrato de concessão e garantia de RAP, possui expectativa de lucratividade futura para realização de seus ativos fiscais diferidos.

Passivo

Natureza dos créditos	Base de Cálculo	Impostos Diferidos	Alíquotas	Total
PIS diferido	123.767 (i)	2.043	1,65%	2.043
COFINS diferida	123.767 (i)	9.406	7,60%	9.406
IRPJ diferido	47.526 (i)	11.882	25%	11.882
CSLL diferida	47.526 (i)	4.277	9%	4.277
		27.608		27.608
Tributo Diferido Líquido		24.612		

Passivo

Natureza dos créditos	Base de Cálculo	Impostos Diferidos	Alíquotas	Total
PIS diferido	47.804 (i)	788	1,65%	788
COFINS diferida	47.804 (i)	3.633	7,60%	3.633
IRPJ diferido	4.430 (i)	1.108	25%	1.108
CSLL diferida	4.430 (i)	399	9%	399
		5.928		5.928
Tributo Diferido Líquido		4.634		

(i) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e

financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. - Contas a receber - Ativo financeiro - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. - As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: - Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. - As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. - Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. - No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. b. Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxa de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por Indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDI	17.485	49.360

Análise de sensibilidade de taxa de juros variáveis - aplicações financeiras: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente; cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. - Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. - Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Exposição	Cenário	25% Co-	50% Co-
Operação	Risco	provável (*)	cenário A
Ativos Financeiros			

Queda da taxa CDI

Aplicações financeiras	17.485	1.119	839	560
Referência para ativos financeiros				
CDI %		6,40%	4,80%	3,20%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 7,23% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Exposição	Cenário	25% Co-	50% Co-
Operação	Risco	provável (*)	cenário A
Passivos Financeiros			
Banco Societe Generale	Aumento da taxa CDI	4.980	6.225
Referência para ativos financeiros			
CDI %		6,40%	8,00%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 7,23% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Risco de Inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. - Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. - Risco cambial - A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposição ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre substancialmente de operações com fornecedores em moeda estrangeira, referente à importação de cabos. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, desde que aprovado pela alta administração.

... (a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo

14 Receita: Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de Construção - Ativo de Contrato	44.053	44.390
Remuneração do Ativo de Contrato	12.390	3.414
	56.453	47.804
Receita bruta	56.453	47.804
(-) PIS e COFINS	(5.221)	(4.422)
Receita líquida	51.232	43.382

15 Custo de Construção: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2018:

Passivos Financeiros

	Aumento da taxa CDI	4.980	6.225	7.470
Banco Societe Generale	77.811			
Referência para ativos financeiros CDI %		Cenário provável	25%	50%
		6,40%	8,00%	9,60%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 7,23% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Risco de Inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. Risco cambial - A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposição ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre substancialmente de operações com fornecedores em moeda estrangeira, referente à importação de cabos. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, desde que aprovado pela alçada competente. e. Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a reconfiguração das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. b. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber - ativo financeiro	Custo amortizado

Passivos financeiros

Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31/12/2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Contas a receber - ativo financeiro - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está atrelada através de componentes internos e de mercado. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de predição baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31/12/2017. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 26.885.182/0001-19

Divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31/12/2018			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	18.052	-	-	18.052
Contas a receber ativo de contrato (Nota 7)	-	-	123.767	123.767
Provisões - MTM (Nota 11)	-	2.038	-	2.038
Total	18.052	2.038	123.767	143.857

	31/12/2017			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	49.484	-	-	49.484
Contas a receber ativo financeiro (Nota 6)	-	-	47.804	47.804

Provisões - MTM (Nota 11)

Total

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divul-

dos com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos

para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos

no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indireta-

mente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são

baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 19 Seguros:

A Companhia ainda não contratou coberturas de seguros pelo fato de ainda estar em

fase de engenharia e não possuir U (Licença de Instalação). 20 Compromissos assu-

midos: • Contrato de EPC - Em 10/02/2017 a Cymri Construções e Participações S.A

e a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das senisões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2018 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 898.055 conforme quadro abaixo:

	Até 31/12/2017	2018	2019	Total
Contrato EPC	32.330	62.401	803.323	898.055

Diretor Financeiro: Rogério Diniz de Oliveira - CPF 002.782.367-70

Contador: Felipe Ferreira - CPF 106.316.117-70 - CRC RJ 1114050-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. Rio de Janeiro - RJ Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25/04/2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ, José Luiz de Souza Gurgel - Contador CRC RJ-087339/O-4.

MADRI ADMINISTRAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A

CNPJ: 17.669.798/0001-61

Relatório da Administração / Diretoria

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018

Demonstração do Fluxo de Caixa

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, devidamente acompanhadas das Notas Explicativas de MADRI ADMINISTRAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A.

	MADRI		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Receitas de Locações de Bens e Imóveis	3.814.639	7.895.250	4.900.639	8.742.000

	MADRI		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	(15.734.095)	(13.921.000)	(15.734.095)	(13.921.000)